

ASPECTOS ÉTICOS NAS PESQUISAS EM SAÚDE NA CONTEMPORANEIDADE

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-271>

Data de submissão: 24/01/2025

Data de publicação: 24/02/2025

Evelynne Hildegard Marques de Melo

Discente

Programa de Pós Graduação Doutorado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas SOTEPP-UNIMA-AL
Endereço: Campus Cruz das Almas, Maceió – AL
E-mail: emmvet@gmail.com

Railson da Silva Barboza

Mestre em Política Social

Discente

Programa de Pós Graduação em Política Social - Universidade Federal Fluminense (UFF)
Endereço: Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco E, 3º andar
Niterói – RJ

Ana Paula Miyazawa

Docente

Programa de Pós Graduação Doutorado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas SOTEPP-UNIMA-AL
Endereço: Campus Cruz das Almas, Maceió – AL

Cristiane Monteiro da Cruz

Docente

Programa de Pós Graduação Doutorado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas SOTEPP-UNIMA-AL
Endereço: Campus Cruz das Almas, Maceió – AL

Raphaella Costa

Docente

Programa de Pós Graduação Doutorado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas SOTEPP-UNIMA-AL
Endereço: Campus Cruz das Almas, Maceió – AL

Adriana de Lima Mendonça

Docente

Programa de Pós Graduação Doutorado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas SOTEPP-UNIMA-AL
Endereço: Campus Cruz das Almas, Maceió – AL

RESUMO

Na contemporaneidade as pesquisas que versam sobre assuntos de saúde, em geral, tendem a reproduzir alguns critérios norteadores na construção e execução dos assuntos envolvidos. O sistema atual de produção de dados acadêmicos, como apoio as tomadas de decisões na sociedade acontecem de forma dinâmica e intensa. Considerando a lógica da elevada produtividade em publicações

acadêmicas, este artigo tem o objetivo de discutir aspectos éticos ligados a pesquisa em saúde na contemporaneidade mantendo um olhar atento ao uso de elementos que ajudem na elaboração de pesquisas científicas autênticas e éticas. A metodologia contou com uma seleção de artigos relacionados ao tema para fundamentar uma discussão, através de uma revisão de literatura e levantamento bibliográfico. Conclui-se que o fluxo dinâmico para produtividade em publicações, tende a fragilizar o rigor em garantir os aspectos éticos ligados a pesquisa, o que também demonstra não estar dependendo de construção de normas/regras, mas sim em um compromisso particular do pesquisador. Este é um desafio a ser enfrentado no universo acadêmico e que dado o produto final ser um documento (artigo científico) publicamente ofertado para nutrir os tomadores de decisão, tem-se que há uma responsabilidade grande na parte final que está nos conselhos editoriais das revistas detentoras dos manuscritos.

Palavras-chave: Ética. Contemporaneidade. Saúde. Pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, para uma compreensão mais sólida dos temas que serão debatidos e analisados, se faz necessário embasar com as definições próprias do sujeito investigado. Ao iniciarmos os debates, percebemos que há necessidade em orientar os profissionais pesquisadores da saúde no que diz respeito os critérios e princípios norteadores de todas as etapas da pesquisa científica.

Pela compreensão de Castilho e Kalil (2005, p. 346), observamos que o documento elaborado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) sobre ética em pesquisa médica “mescla aspectos éticos das pesquisas com questões e aspectos de biossegurança e de vigilância sanitária”. Isso, para uma boa parte dos estudiosos do tema, pode explicar a não implantação da resolução de maneira integral. No intuito de universalizar demandas e nortear os crivos e conteúdos empíricos, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) nasceu com finalidade de fundamentar o Termo de Consentimento, entendido pela perspectiva, segundo Castilho e Kalil (2005, p. 346), de que não se pode ter “nenhum tipo de limitação a influenciar a vontade, e a decisão do sujeito da pesquisa”, tendo em vista que o sujeito da pesquisa não é a informação apenas, mas a busca pelo esclarecimento. O CONEP tem em sua natureza ser uma instância formada em colegiado, consultiva, deliberativa, educativa, independente, normativa e em consonância com o Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Castilho e Kalil, 2005).

Da mesma forma, notamos que após a resolução 196/96 que criou os chamados Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), fomentou em todo o território a finalidade de examinar as questões éticas de pesquisa com seres humanos de acordo com a avaliação de três princípios: consentimento do sujeito; manutenção da privacidade das informações do sujeito; aprovação pelos pares e pela comunidade (Castilho e Kalil, 2005).

Partindo dessa premissa, com a aplicação do sentido da moralidade, ou de seu entendimento como uma teoria sobre a compreensão do que seria o certo e o errado, tratamos das suas abordagens sob alguns prismas: normativas, quando manifestam ações padronizadas más ou boas, ou descriptivas, quando as pessoas relatam suas crenças e ações, além da análise dos conceitos e seus métodos (Beauchamp e Childress, 2002). A constituição da ética na pesquisa é em todo caso fundamental visto que, de acordo com Castro e Silva, Mandes e Nakamura (2012, p),

se pensarmos que a escolha de um tema ou objeto de estudo está relacionada a uma trajetória de vida singular, em que a todo o momento o pesquisador deve se perguntar como compatibilizar a constituição da postura ética em relação aos pesquisados com seus desejos, sonhos, curiosidades e expectativas.

Buscar os valores e a importância na saúde contemporânea dos aspectos éticos, que devem englobar as pesquisas que carregam singularidades, subjetividades, no intuito de constituir novos saberes e perspectivas, ratifica a importância no debate sobre a ética em seu sentido geral, ou como diz Castro e Silva et al (2012),

De antemão podemos afirmar que a noção de ética vinculada à pesquisa significa muito mais do que o cumprimento dos protocolos formais de pesquisa, como a assinatura e o recolhimento de consentimentos livres e esclarecidos. Reduzida à formalidade do contrato assinado entre pesquisador e pesquisado, a pesquisa deixa de cumprir sua principal função que é possibilitar ao primeiro a reflexão acerca de sua postura ética na produção científica.

Por fim, a partir dessas dimensões poderemos debater temas fundamentais para que o processo de construção de confiança e respeito, tanto do pesquisador quanto do pesquisado, seja gradativamente aperfeiçoado e especializado, para que a pesquisa cumpra fielmente o dever de construtora da do conhecimento.

2 OBJETIVO

O objetivo desse artigo perpassa a discussão dos aspectos éticos que estão ligados às pesquisas, a partir da noção do conceito de ética e do desenvolvimento da pesquisa científica, tendo em vista sua contribuição no entendimento da indissociável relação entre os aspectos éticos e a pesquisa, também ao próprio pesquisador, em especial aquelas que são focadas na saúde coletiva.

3 JUSTIFICATIVA

A importância em discorrer sobre o tema envolve diversos fatores que engloba desde um comportamento adequado do pesquisador, enquanto receptor e construtor da análise, levando em consideração que devem ser respeitadas etapas, informações, conteúdos, autorizações, além da singularidade e privacidade do sujeito da pesquisa, ou seja, aquele que dispõe dos relatos e os compartilha, no intuito de “obter a esperada integralidade na pesquisa, que requer muito mais um comportamento ético do que propriamente uma fórmula (Castilho e Kalil, 2005). Desse modo, ao debruçarmos na pesquisa e nas exigências do dinamismo atual da esfera pública, podemos de um modo negligenciar fatores importantes para elaborarmos uma pesquisa séria e impactante para o meio. A partir disso, indagamos: será que a pressa em publicar negligencia a ética na pesquisa?

Para fins de entendimento, como afirma Castro e Silva et al, (2012) os “métodos qualitativos nas pesquisas em saúde exigem um esclarecimento inicial. Ao falar de método, é preciso diferenciá-lo de técnicas, para não o reduzir a um aspecto meramente instrumental”. Os desdobramentos epistemológicos na produção de conhecimento, que podem optar muitas vezes pelas referências

teóricas em detrimento da colheita de referências opostas aos que são considerados clássicos, devem estar consonantes à identificação de uma bibliografia capaz de conduzir o pesquisador aos seus limites e possibilidades, para que não haja riscos à integralidade da pesquisa.

Outro fator que justifica a necessidade em manter a discussão sempre aberta aos princípios éticos e norteadores das pesquisas em saúde está fundamentado na relação pesquisador/patrocinador da pesquisa. Por mais que o pesquisador deva procurar a devida informação sobre o financiador, para que seu direito de escolha e autonomia na elaboração da pesquisa seja preservado, ainda assim poderá ter conflitos de interesses. Isso é confirmado por Castilho e Kalil (2005), ao discorrer que existem “vários casos relatados na literatura médica destes conflitos de interesse implicando em problemas éticos importantes”. A maioria desses problemas nasce pela falta de esclarecimento e pelos não apontamentos dos desconfortos, riscos e possíveis benefícios que o processo de pesquisa gerou.

A literatura confirma as dificuldades em encontrar normas claras e objetivas que possam conduzir os projetos e submissões de pesquisas em saúde pública, que envolvam em sua maioria questões de natureza ética. Dessa maneira, expomos a afirmação de Souto, Lucena, Cavalcanti e França (2011, p. 56):

São vários os aspectos éticos relacionados com pesquisas com dados secundários, entretanto, a confidencialidade, privacidade, e consentimento individual foram citados na maioria dos trabalhos e pode-se inferir que são estes os dilemas éticos mais prevalentes neste tipo de pesquisa.

Assim, a importância em reter atenção ao uso do consentimento esclarecido daqueles que participarão da pesquisa, do uso de dados secundários, do uso de imagens e suas alterações de acordo com as normas vigentes de direito sob elas, bem como o cumprimento integral dos instrumentos metodológicos das comissões de ética em pesquisa e o comprometimento do pesquisador em assegurar que os aspectos éticos ligados a pesquisa sejam cumpridos, justificam a necessidade em debater o tema de modo direto, no intuito de que “*as intenções éticas se transformem em ações éticas*” (Amorim, 2019, p. 1039), respeitando a dignidade do ser humano.

4 METODOLOGIA

A metodologia seguiu o instrumento de revisão da literatura, consultando produções que debateram o assunto central da produção, com finalidade de levantar conteúdos que possam auxiliar na construção de uma literatura adequada. Pela perspectiva de Lévy *apud* Brizola e Fantin (2016), a produção de conhecimento é construída de forma coletiva, e por isso devem ser tomados “alguns cuidados por parte de quem se propõe a realizar uma pesquisa,”, visto que “uma nova pesquisa

pretende abordar algum viés que complemente ou que conteste aquilo que outros pesquisadores já afirmaram” (Brizola e Fantin, 2016, p. 23). Assim, a revisão de literatura é “a reunião, a junção de ideias de diferentes autores sobre determinado tema, conseguidas através de leituras, de pesquisas realizadas pelo pesquisador” (Brizola e Fantin, 2016, p. 27).

Recorrer também a pesquisa bibliográfica possibilita o levantamento de abordagens teóricas já publicadas, como livros, artigos científicos, tendo em vista que qualquer pesquisa científica parte de uma pesquisa bibliográfica, que perpassa o assunto e assegura ao pesquisador uma base sólida para abordar seu conteúdo, aprofundando seu conhecimento sobre o objeto de pesquisa (Fonseca, 2012).

5 DESENVOLVIMENTO

5.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Para entendermos do que se trata, se faz necessária a definição e exposição do objeto. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), segundo Souza et al (2013, p.201) , é um “documento de caráter explicativo, onde são acordadas todas as questões relativas ao estudo clínico que possam estar relacionadas à decisão do sujeito de pesquisa e, assim, garantir a participação voluntária”. Sua aplicação de modo adequado gera um tratamento mais ético na relação entre pesquisador e pesquisado, estimulando o respeito aos direitos humanos, e por isso o seu aumento crescente nos últimos anos foi observado. Todavia, a má adequação ao TCLE faz com que o número de suspensão de estudos clínicos pelos conselhos de ética, como nos Estados Unidos, seja alto e o maior causador dentre os outros.

A complexidade das informações e sua leitura podem prejudicar o entendimento dos sujeitos da pesquisa, expondo, como afirma Souza et al (2013, p.204), “a ausência ou inadequação do consentimento informado”. Isso pode ter raízes na própria escolha do grupo a ser analisado, levando em consideração suas particularidades e subjetividades, como por exemplo cultural, escolar, social, econômico, político etc. Nas palavras de Souza et al (2013, p.204), “de acordo com os índices de legibilidade encontrados, os textos se mostraram de difícil compreensão, exigindo maior escolaridade dos sujeitos de pesquisa”.

Desse modo, há necessidade em criar termos de consentimento com apropriada linguagem, de acordo com as especificidades de cada grupo a ser analisado, para que os conflitos na participação sejam cada vez menores e haja aceitação e entendimento do que é pedido.

Apesar das altas taxas de aceitação da TCLE, torna-se necessária a análise dos novos métodos de aplicação do TCLE, de modo que os sujeitos da pesquisa com menor escolaridade possam entender totalmente as propostas de estudos. (Souza et al, 2013, p. 205)

Através dessa perspectiva, observamos que os futuros projetos devem constar essas reflexões (Messer, 2004), com a possibilidade em aderir outros meios que ajudem o sujeito da pesquisa no entendimento do estudo, como recursos visuais ou vídeos explicativos.

5.2 USO DE DADOS SECUNDÁRIOS

Os dados secundários são conteúdos já coletados ou registrados por diversas fontes, disponíveis para consulta e utilização em futuras pesquisas e estudos. Sua importância cai na permissão em realizar novos estudos, com mais detalhes, facilitando a elaboração de novas estratégias e ações na saúde pública. Com isso, a redução de tempo na construção do material de pesquisa contribui para um maior dinamismo, sem precisar do auxílio de pesquisas de campo.

Com a democratização do conhecimento científico, através da internet, foi possibilitada uma maior abrangência da produção científica e a utilização desses dados, conforme explica Drummond et al (2009, p.9):

Reconhece-se, no entanto, a importância dessas publicações para a divulgação do conhecimento científico, pois são caracterizadas pelo controle de qualidade feito por pares. A possibilidade de acesso a tais publicações foi ampliada graças à democratização do uso de microcomputadores, à sua crescente divulgação em meio eletrônico e à maior facilidade de utilização da internet. Por meio da internet, pode-se ter acesso imediato, de forma parcial ou integral, a artigos científicos publicados em periódicos indexados e disponibilizados por bases de dados bibliográficas.

Por mais que o estímulo aos profissionais de pesquisa seja maior em comparação aos que não acessavam tais plataformas, resultando na ampliação das discussões e contribuições teóricas no produto de seu trabalho, ainda há o perigo na utilização desenfreada e sem o devido cuidado na produção da pesquisa. Os riscos estão no ferimento da privacidade e confidencialidade dos dados, bem como o consentimento individual, inferindo dilemas éticos que são “mais prevalentes nesse tipo de pesquisa” (Souto et al, 2011, p.52)

A pouca discussão sobre o tema também é um fator de risco quando se opta pela utilização desses dados, visto que na saúde isso pode ferir inclusive a segurança dos prontuários e dados do paciente. No mais, as informações podem não coadunar com o objetivo central do estudo, conflitando com as demais partes do texto. Com isso, adicionado ao fator tempo, a utilização sem cuidado dos dados secundários pode afetar a originalidade do próprio texto, também adicionado o fato que o sujeito que produz um texto acadêmico está diante de um desafio, o da escrita, além de socializar pessoas e construir um sólido conhecimento científico (Pereira, 2023).

Notamos, também, que a falta de pesquisas sobre o supracitado assunto tanto no Brasil quanto no mundo resulta, entre outras coisas, na falta de norteamento dos pesquisadores durante a produção de pesquisas com essa metodologia (Souto et al, 2011).

5.3 COMPROMETIMENTO DO PESQUISADOR COM OS ASPECTOS ÉTICOS LIGADOS À PESQUISA

Para iniciarmos esse debate, frisamos, como nas palavras de Amorim (2011, p. 1035), que a “escolha do pesquisador deveria ser guiada pelas necessidades e prioridades da sociedade”, sobretudo quando elas estão sendo financiadas com verba pública pelo Estado, “porém, não é isso que se observa na maioria das vezes”. A pressão pela pesquisa, e a necessidade em dinamizar o tempo e seguir um fluxo contínuo de produções sem o determinado tempo exigido para sua melhor construção, acaba facilitando o entendimento de que devemos publicar todo momento, sem realizar uma pesquisa profunda e com parâmetros éticos adequados. Assertivamente destaca Amorim (2011, p.1036), que é observável a postura de que “muitas pesquisas não têm uma justificativa científica e social que as ampare”, ou “não seguem um rigor científico, dentre outros fatores”, e mesmo assim optam por realizá-las.

Uma lógica da produção pela produção se pauta, com um fim em si mesma, gera uma massiva produção científica sem o mínimo pregaro ético para publicações e divulgação de conteúdos científicos, mas finca seu objetivo obtenção de um “ótimo” currículo (Amorim, 2011), ou seja, um mecanismo utilitarista da produção. Mais que uma imposição aos pesquisadores de um fardo da rápida produção acadêmica, é mister estimular sua competência moral, que ajudará na realização de ações e julgamentos em conformidade aos princípios éticos (Rego, 2007).

Da mesma forma, interpela-nos Amorim (2011, p. 1039):

(...) então, que seja estimulada e promovida uma cultura ética na área da pesquisa, onde os envolvidos possam reconhecer os desafios relacionados a este processo e tenham a sensibilidade para atuar com equidade, justiça e respeito, tendo como norte a responsabilidade com as gerações atuais e futuras.

Consentimos que os Comitês de Ética em Pesquisa devem se aproximar dessas demandas, tendo em vista uma prática educadora e responsável da produção científica, menos utilitarista e mais ética, e dessa forma se faz necessário um intenso trabalho de formação de base para os novos pesquisadores, sem a exclusão de uma reciclagem envolvendo os demais pesquisadores que atuam nessa área científica.

5.4 COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA

A criação dos comitês de ética em pesquisa, no território nacional, teve início na resolução de 1988 o Conselho Nacional de Saúde (CNS), mas foi posteriormente consolidada na Resolução 196/96. Os Cep's têm uma equipe multidisciplinar, avaliando todas as etapas das pesquisas com seres humanos, da elaboração do projeto ao seu relatório final e publicação (Batista et al, 2012). No que tange sua definição propriamente, Batista et al (2012, p.151) descreve suas atribuições e seu objetivo enquanto organização interdisciplinar.

Na formação do comitê deve haver, no máximo, 50% de seus membros de uma mesma categoria profissional, devendo também ser garantida a participação de pessoas que não sejam voltadas à pesquisa. Em outras palavras, não se trata de um comitê de pesquisadores, mas sim um grupo representativo da sociedade. O objetivo dos CEP's é analisar os protocolos de investigação biomédica, nos aspectos relacionados aos sujeitos de pesquisa, à importância e a relevância da pesquisa.

Diante dos vários cenários de manipulação de dados e coletas, bem como os riscos da falta de cronograma adequado ou de orçamento incluso, passando por falhas metodológicas na elaboração dos projetos, observamos problemas que, antes de tudo, não foram pautados por uma ética em sua gênese. O CEP teve por iniciativa principal ser um promotor dos princípios éticos envolvendo os direitos humanos, não podendo respaldar direitos particulares em detrimento dos direitos universais da comunidade. A realização de eventos, a capacitação de seus membros, são mecanismos que podem ser utilizados para alavancar a qualidade dos comitês, além de estar consonante a idéia principal de quando elas formam pensadas e formadas.

A constituição de um CEP deve evitar o erro de atribuir a seus integrantes o caráter de representantes de grupos de interesses, como também a adesão a determinadas crenças religiosas ou a certas instituições corporativistas. O CEP não é lugar para negociação de interesses corporativos; o interesse deve ser de avaliar o impacto das pesquisas no bem-estar da vida das pessoas. (Batista et al, 2012, p.155)

As avaliações dos comitês devem prezar pela responsabilidade e atenção, levando em consideração que os conteúdos obtidos terão impacto considerável na comunidade científica e na sociedade. Para uma rica abordaem no que diz respeito a determinado tema, que tem a necessidade em reunir elementos contundentes para produção de um estudo quantitativo, por exemplo, os comitês têm papel imprescindível no campo das publicações, pois avaliarão quais foram coerentes com o projeto de pesquisa e o tempo necessário para formulação do conteúdo.

Assim, o papel do CEP na divulgação das normas éticas nas pesquisas com seres humanos, é imprescindível, abrangendo seu papel também na educação do pesquisador e na maneira correta de formar um projeto de pesquisa autêntico (Muñoz, 2005).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o que foi exposto, deparamos com o fenômeno do fluxo dinâmico na produtividade acadêmica, em especial as que estão ligadas à saúde que sem o devido cuidado e aparato dos devidos organismos que resguardam os elementos primazes para a constituição de boas pesquisas científicas, se tornará frágil o rigor na garantia dos aspectos éticos ligados a pesquisa. Em todo o caso, o compromisso subjetivo do pesquisador demonstra ser mais eficaz do que ficar dependendo de construções de normas/regras norteadoras. Este é um desafio a ser enfrentado no universo acadêmico e nas produções científicas de maneira ampla, e que dado o produto final ser um documento (artigo científico) publicamente disponibilizado com o objetivo de para formar os tomadores de decisão, tem-se que há uma responsabilidade grande na parte final que está nos conselhos editoriais e nos comitês de ética em pesquisa, em geral.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, K. P. C. Ética em pesquisa no sistema CEP-CONEP brasileiro: reflexões necessárias. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 24, n. 3, p. 1033-1040, 2019.
- BATISTA, K. Y.; ANDRADE, R. R.; BEZERRA, N. L. O papel dos comitês de ética em pesquisa. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica*, v. 27, n. 1, p. 150-155, 2012.
- BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. Princípios da Ética. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BRIZOLA, J.; FANTIN, N. Revisão da Literatura e Revisão sistemática da Literatura. *Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA*, v. 3, n. 2, 2017.
- CASTILHO, E. A. de; KALIL, J. Ética e pesquisa médica: princípios, diretrizes e regulamentações. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 38, n. 4, p. 344-347, 2005.
- CASTRO E SILVA, C. R.; MENDES, R.; NAKAMURA, E. A Dimensão da Ética na Pesquisa em Saúde com Ênfase na Abordagem Qualitativa. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 32-41, 2012.
- DRUMMOND, E. F.; MACHADO, C. J.; VASCONCELOS, M. R.; FRANÇA, E. Utilização de dados secundários do SIM, Sinasc e SIH na produção científica brasileira de 1990 a 2006. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 26, n. 1, p. 7-19, 2009.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2012. Apostila.
- MESSER, N. Professional-patient relationships and informed consent. *Postgraduate Medical Journal*, v. 80, p. 277-283, 2004.
- MUÑOZ, D. R. Problemas e soluções no desenvolvimento de um CEP. *Cadernos de Ética em Pesquisa*, v. 15, n. 5, p. 9-11, 2005.
- PEREIRA, R. A escrita acadêmica e a formação de pesquisadores: superando os obstáculos epistemológicos na produção de um artigo científico. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, n. 4, 2023.
- REGO, S. T. A. Prefácio. In: GUILHERM, D.; ZICKER, F. (orgs.). *Ética na pesquisa em saúde: avanços e desafios*. Brasília: Letras Livres, Editora UnB, 2007.
- SOUTO, R. Q.; LUCENA, B.; CAVALCANTI, A. L.; FRANÇA, I. S. X. Aspectos éticos na pesquisa com dados secundários: uma revisão sistemática. *Espaço Saúde*, v. 13, n. 1, p. 45-53, 2012.
- SOUZA, M. K.; JACOB, C. E.; GAMA-RODRIGUES, J.; ZILBERSTEIN, B.; CECCONELLO, I.; HABR-GAMA. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE): fatores que interferem na adesão. *ABCD Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva*, v. 26, n. 3, p. 200-205, 2013.